

Abreviaturas.....	ix
Nota à Primeira Edição.....	xxxv
Nota à Segunda Edição.....	xxxvii
Nota à Terceira Edição.....	xxxix
Nota à Quarta Edição.....	xli
Nota à Quinta Edição.....	xliii
Nota à Sexta Edição.....	xlvi
Nota à Sétima Edição.....	xlvii

Parte I

Teoria da Constituição e Controle de Constitucionalidade

Capítulo 1 - Teoria da Constituição.....	3
1.1. Justificativa para uma Teoria da Constituição.....	3
1.2. Conteúdo da Teoria da Constituição.....	3
1.3. Problemas da Teoria da Constituição.....	5
Capítulo 2 - Poder Constituinte.....	7
2.1. Introdução.....	7
2.2. Legitimidade do Poder Constituinte.....	7
2.3. A Formulação Teórica de Sieyès.....	9
2.4. Conceito, Natureza, Caracteres, Titularidade e Exercício do Poder Constituinte	11
2.4.1. Conceito de Poder Constituinte.....	11
2.4.2. Poder Constituinte: Poder de Fato ou de Direito?.....	11
2.4.3. O Pensamento de Georges Burdeau e os Caracteres do Poder Constituinte: Inicialidade, Autonomia e Incondicionalidade.....	12
2.4.4. Poder Constituinte e Constituições Costumeiras.....	13
2.4.5. Titularidade e Exercício do Poder Constituinte.....	13
2.5. Espécies de Poder Constituinte.....	13
2.5.1. Poder Constituinte Originário e Derivado. Poder Constituinte Decorrente.....	13
2.5.1.1. Poder Constituinte Derivado e Poder Constituinte Decorrente: Expressões Equívocas?.....	15
2.5.2. Poder Constituinte Material e Formal.....	17
2.5.3. Nossa Opção: Poder Constituinte Inato e Adquirido.....	18

2.6. Limitações ao Poder de Reforma	18
2.6.1. Limitações Processuais	18
2.6.2. Limitações Circunstanciais	19
2.6.3. Limitações Materiais Explícitas e Implícitas	20
2.6.4. Limitações Temporais	20
2.7. Mutação Constitucional	22
2.7.1. Conceito	22
2.7.2. Divergência Terminológica na Doutrina	23
2.7.3. Caracteres da Mutação Constitucional	23
2.7.4. As Constituições Flexíveis Podem Sofrer Mutação Constitucional?	24
2.7.5. Inércia Legislativa e Mutação Inconstitucional	24
2.7.6. Competência Absoluta e Mutação Constitucional	25
Capítulo 3 - Constituição	27
3.1. Conceito	27
3.2. Concepções Sobre as Constituições	27
3.2.1. A Acepção Sociológica de Constituição	27
3.2.2. O Sentido Político de Carl Schmitt	29
3.2.3. A Concepção Jurídica de Hans Kelsen	30
3.2.4. A Concepção de Constituição Total	31
3.3. Classificação das Constituições	32
3.3.1. Fundamento para a Classificação das Constituições	32
3.3.2. A Classificação das Constituições no Direito Constitucional Estrangeiro	33
3.3.3. A Classificação das Constituições na Doutrina Brasileira	35
3.3.3.1. Quanto ao Conteúdo: Materiais e Formais	36
3.3.3.2. Quanto à Forma: Escritas e Não Escritas	36
3.3.3.3. Quanto à Origem: Populares e Outorgadas	36
3.3.3.4. Quanto à Estabilidade: Rígidas, Super-Rígidas, Flexíveis e Semirrígidas	36
3.3.3.5. Quanto ao Modo de Elaboração: <i>Dogmáticas e Históricas</i>	36
3.3.3.6. Quanto à Ideologia: Ortodoxas e Ecléticas	37
3.3.3.7. Quanto à Extensão: Sintéticas e Analíticas	37
3.3.3.8. Síntese Conclusiva sobre a Classificação da Constituição de 1988	37
3.4. Objeto e Conteúdo das Constituições	37
3.5. Elementos das Constituições	38
Capítulo 4 - História do Constitucionalismo	39
4.1. Justificativa do Capítulo	39
4.2. O Surgimento da Proteção aos Direitos Fundamentais	39
4.3. O Constitucionalismo Clássico, a Revolução Francesa e a Independência Americana	40
4.3.1. O Constitucionalismo Clássico e a Racionalização do Poder	43
4.4. A Derrocada do Constitucionalismo Clássico e o Surgimento do Constitucionalismo Social	44
4.5. Conceito e Classificação dos Direitos Sociais	45
4.6. Fundamentos do Constitucionalismo Social	46
4.7. Importância do Constitucionalismo Social	50
4.8. Evolução	52
4.8.1. As Constituições Liberais dos Séculos XVIII e XIX	53

4.8.2. As Constituições do Século XX.....	54
4.8.2.1. A Constituição do México de 1917.....	54
4.8.2.2. A Constituição de Weimar.....	55
4.8.2.3. A Constituição da Itália, de 1947.....	56
4.9. Constitucionalismo Social no Brasil.....	57
4.10. A Constituição Europeia de 2003: Constituição sem Estado?.....	62
Capítulo 5 - Histórico das Constituições Brasileiras.....	65
5.1. Razão do Tratamento Específico do Tema.....	65
5.2. A Constituição Imperial de 1824.....	65
5.3. A Constituição Republicana de 1891.....	69
5.4. A Constituição de 1934.....	71
5.5. A Constituição de 1937.....	74
5.6. A Constituição de 1946.....	75
5.7. A Constituição de 1967.....	77
5.8. A Constituição de 1969.....	79
Capítulo 6 - Interpretação da Norma Constitucional.....	81
6.1. Introdução.....	81
6.2. Interpretação da Norma.....	83
6.2.1. Interpretação e Hermenêutica.....	85
6.2.2. Limites à Interpretação.....	85
6.2.3. A Tese da Única Interpretação Correta.....	86
6.2.4. Processos Clássicos de Interpretação da Norma.....	87
6.2.4.1. Processo Gramatical.....	88
6.2.4.2. Processo Lógico.....	89
6.2.4.3. Processo Sistemático.....	90
6.2.4.4. Processo Histórico-Evolutivo.....	91
6.2.4.5. Crítica aos Processos Tradicionais.....	92
6.3. Técnicas de Interpretação Constitucional.....	93
6.3.1. Interpretação Constitucional em Sistema de <i>Common Law</i>	94
6.3.2. Neoconstitucionalismo e Técnicas de Interpretação Constitucional.....	96
6.3.2.1. O Método Tópico e a Interpretação Constitucional.....	97
6.3.2.2. A Interpretação Constitucional e o Pensamento Possibilista de Häberle.....	103
6.3.2.3. A Semiologia e a Interpretação Constitucional.....	104
6.3.2.4. A Técnica de Ponderação de Interesses.....	107
6.4. Princípios de Interpretação Constitucional.....	109
6.4.1. O Princípio da Unidade.....	113
6.4.2. O Princípio da Concordância Prática.....	114
6.4.3. O Princípio do Efeito Integrador.....	115
6.4.4. O Princípio da Correção Funcional.....	115
6.4.5. O Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.....	117
6.4.5.1. Declaração Parcial de Inconstitucionalidade sem Redução de Texto. Distinção da Interpretação Conforme.....	119
6.4.6. O Princípio da Coloquialidade.....	119
6.4.7. O Princípio da Máxima Efetividade.....	120

6.4.8. O Princípio da Proporcionalidade.....	121
6.5. Transconstitucionalismo e a Interpretação Constitucional.....	124
Capítulo 7 - Aplicabilidade das Normas Constitucionais	127
7.1. Constituição em Sentido Material e Formal	127
7.1.1. Distinção Necessária entre Eficácia, Aplicabilidade, Validade, Vigência, Vigor e Existência	128
7.1.2. A Vigência, a Eficácia e a Retroação da Norma Constitucional	137
7.2. A Nova Ordem Constitucional em Face das Normas Anteriores: Recepção, Revogação, Repristinação e Desconstitucionalização	138
7.2.1. Recepção. O Princípio da Continuidade da Ordem Jurídica.....	138
7.2.2. Revogação	138
7.2.3. Repristinação. Repristinação Imprópria.....	139
7.2.4. Desconstitucionalização.....	140
7.3. Evolução Teórica da Eficácia Constitucional	141
7.3.1. A Eficácia na Moderna Doutrina Constitucional.....	146
7.3.1.1. A Doutrina Brasileira e a Moderna Teoria da Eficácia Constitucional.....	148
7.4. A Supereficácia das Normas Constitucionais de Direito Social	156
7.5. Efeitos das Normas Constitucionais Programáticas	158
7.5.1. O Direito Fundamental ao Mínimo Existencial	160
7.6. Eficácia do Preâmbulo	162
7.7. Norma Constitucional com Eficácia Plena	163
7.8. Norma Constitucional com Eficácia Relativa Restringível.....	164
7.9. Norma Constitucional com Eficácia Relativa Complementável.....	166
7.10. A Constitucionalização Simbólica.....	166
7.10.1. Constitucionalização Simbólica, Autopoiese e Alopoiese	167
Capítulo 8 - Controle de Constitucionalidade	169
8.1. Supremacia da Constituição.....	169
8.2. Tipos de Inconstitucionalidade	170
8.2.1. Inconstitucionalidade Material, Formal e Orgânica. A Inconstitucionalidade Chapada	170
8.2.2. Inconstitucionalidade Imediata e Derivada.....	171
8.2.3. Inconstitucionalidade Parcial e Total.....	171
8.2.4. Inconstitucionalidade Comissiva e Omissiva.....	172
8.2.5. Inconstitucionalidade Originária e Superveniente.....	172
8.3. Momentos para a Efetivação do Controle de Constitucionalidade.....	173
8.4. Sistemas de Controle Repressivo das Normas Inconstitucionais	175
8.4.1. Controle Político	175
8.4.2. Controle Judicial (Judicial Review)	175
8.4.3. Controle Misto.....	176
8.4.4. Exceções ao Controle Judicial no Brasil.....	176
8.5. O Controle de Constitucionalidade no Direito Estrangeiro	177
8.5.1. O Sistema Americano (Controle Concreto-Difuso)	177
8.5.2. O Sistema Austríaco (Controle Concentrado-Abstrato)	177
8.5.3. O Controle de Constitucionalidade na Suíça.....	178
8.5.4. O Controle de Constitucionalidade na Alemanha.....	178

8.5.5. O Controle de Constitucionalidade na Itália	179
8.6. Evolução do Controle de Constitucionalidade no Brasil	179
8.6.1. A Constituição Imperial de 1824.....	179
8.6.2. A Constituição Republicana de 1891	179
8.6.3. A Constituição de 1934	179
8.6.4. A Constituição de 1937	180
8.6.5. A Emenda Constitucional nº 16, de 26 de novembro de 1965. A Constituição de 1967.....	180
8.7. Modos de Exercício do Controle Jurisdicional no Brasil.....	180
8.7.1. O Controle Concreto-Difuso.....	181
8.7.2. O Controle Abstrato-Concentrado	181
8.7.2.1. A Fiscalização Direta da Constitucionalidade no Brasil	182
8.7.2.1.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Legitimidade	183
8.7.2.1.1.1. Objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade	183
8.7.2.1.1.2. Controle de Constitucionalidade e Descumprimento da Decisão do STF	187
8.7.2.1.1.3. Reclamação Constitucional e Súmula Não Vinculante. Não Cabimento	187
8.7.2.1.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	188
8.7.2.1.2.1. Distinção entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção.....	190
8.7.2.1.2.2. O Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e a sua Disciplina pela Lei nº 12.063, de 27 de outubro de 2009	191
8.7.2.1.3. Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	193
8.7.2.1.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	194
8.7.2.1.4.1. Órgão Competente para Apreciação. Possibilidade de ADPF Estadual 195	
8.7.2.1.4.2. Espécies de ADPF.....	195
8.7.2.1.4.3. Significado de “Preceito Fundamental”	196
8.7.2.1.4.4. Controle Concentrado de Norma Municipal e o “Silêncio Eloquentes” do Art. 102, I, A, CF.....	197
8.7.2.1.4.5. O Caráter Ambivalente da ADPF.....	197
8.7.2.1.4.6. ADPF e o Princípio da Subsidiariedade.....	198
8.7.2.1.4.7. <i>Quorum</i> para Julgamento.....	198
8.7.2.1.4.8. ADPF, Eficácia contra Todos e Efeito Vinculante	199
8.7.2.1.4.9. Modulação Temporal da Eficácia da Decisão na ADPF	199
8.7.2.1.4.10. Legitimidade para a ADPF	199
8.7.3. Parâmetro de Controle de Constitucionalidade no Brasil	200
8.8. A Participação do Senado no Controle de Constitucionalidade	200
8.8.1. O Procedimento torna “Misto” o Sistema de Controle Brasileiro?	200
8.8.2. A Atribuição do Senado é Exercitável no Controle Concreto-Difuso ou no Abstrato-Concentrado?	201
8.8.3. Declarada a Inconstitucionalidade pelo STF, Encontra-se a Casa Legislativa Obrigada à Suspensão da Lei?.....	201
8.8.4. A Decisão que Suspende a Execução da Norma é Retroativa?.....	202

8.8.5. Quem pode Comunicar ao Senado a Respeito da Decisão do STF?	203
8.8.6. Qual a Amplitude do Pronunciamento Legislativo?.....	203
8.8.7. É Passível de Revogação pelo Próprio Senado o Ato Suspensivo Expedido?	204
8.8.8. Qual o Significado de “Lei” no Art. 52, X?.....	204
8.8.9. Leis Estaduais e Municipais Também Podem Ter a Execução Suspensa pelo Senado?	204
8.9. O Controle de Constitucionalidade e a Pertinência Temática.....	204
8.10. O Procedimento na Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade	208
8.10.1. Petição Inicial na Ação Direta. Instrumento de Mandato. Aditamento. Necessidade de Impugnação Específica da Lei ou Ato Normativo Considerado Inconstitucional pelo Autor	208
8.10.2. O Princípio da Indisponibilidade da Instância.....	210
8.10.3. Prazo para Informações	210
8.10.4. A Figura do Amicus Curiae	210
8.10.5. Requisição Quanto a Informações Adicionais.....	214
8.10.6. Medida Cautelar. Quorum para Apreciação. Possibilidade de Desistência. Medida Cautelar em ADC	214
8.10.7. Decisão na ADIn e ADC. Quorum Regimental.....	215
8.10.8. Irrecorribilidade da Decisão	215
8.10.9. Modulação Temporal da Eficácia da Decisão na ADIn	215
8.10.10. O Princípio da Interpretação Conforme a Constituição. Distinção da Declaração Parcial de Inconstitucionalidade sem Redução de Texto	215
8.11. Distinção entre Eficácia Erga Omnes e Efeito Vinculante.....	216
8.11.1. Destinatários do Efeito Vinculante	218
8.11.2. Limite Temporal do Efeito Vinculante.....	219
8.11.3. A “Abstratização” do Controle Concreto-Difuso e a Eficácia Erga Omnes	220
8.12. O Controle de Constitucionalidade e o Princípio da Simetria	222
8.13. Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade	227
8.13.1. O Art. 27, da Lei nº 9.868/99 e sua Aplicabilidade ao Controle Concreto-Difuso	229
8.13.2. Efeitos da Declaração de Constitucionalidade	230
8.14. O Poder Executivo e as Leis Inconstitucionais.....	230
8.15. Coisa Julgada e Controle de Constitucionalidade.....	231
8.16. Controle de Constitucionalidade e Normas Revogadas.....	234

Parte II

Organização do Estado Brasileiro. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Tributação e Orçamento

Capítulo 9 - Princípios Fundamentais	239
9.1. Justificativa do Capítulo	239
9.2. Os Princípios Fundamentais como Normas Jurídicas.....	240
9.2.1. Os Princípios Fundamentais em Espécie. República, Federação e Estado Democrático de Direito	240
9.2.1.1. Princípio Republicano	240
9.2.1.2. Princípio Federativo.....	242
9.2.1.3. Estado Democrático de Direito	247

9.2.2. Os Fundamentos do Estado Brasileiro	248
9.2.2.1. A Soberania	248
9.2.2.2. A Cidadania. Sentido Amplo e Estrito.....	253
9.2.2.3. A Dignidade da Pessoa Humana	254
9.2.2.4. Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre-Iniciativa.....	256
9.2.2.5. O Pluralismo Político.....	257
9.2.3. O Parágrafo Único do art. 1º da Constituição	259
9.2.4. O Art. 2º da Constituição e a Tripartição das Funções Estatais	260
9.2.5. Os Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º)	262
9.2.5.1. Sociedade Livre, Justa e Solidária (art. 3º, I, CF)	262
9.2.5.2. Garantir o Desenvolvimento Nacional (art. 3º, II, CF)	263
9.2.5.3. Erradicar a Pobreza e a Marginalização e Reduzir as Desigualdades Sociais e Regionais (art. 3º, III, CF)	264
9.2.6. O Art. 4º e as Relações Internacionais	265
9.2.6.1. Independência Nacional (art. 4º, I, CF).....	266
9.2.6.2. Prevalência dos Direitos Humanos (art. 4º, II, CF)	266
9.2.6.3. Autodeterminação dos Povos e Não Intervenção (art. 4º, III e IV, CF)	266
9.2.6.4. Igualdade entre os Estados (art. 4º, V, CF).....	267
9.2.6.4.1. Igualdade entre os Estados e o Princípio da Reciprocidade	267
9.2.6.4.2. Igualdade entre os Estados e a Existência de Microestados.....	268
9.2.6.4.3. Igualdade entre os Estados e Imunidade de Jurisdição	268
9.2.6.5. Defesa da Paz (art. 4º, VI, CF)	270
9.2.6.6. Solução Pacífica dos Conflitos (art. 4º, VII, CF).....	270
9.2.6.7. Repúdio ao Terrorismo e ao Racismo (art. 4º, VIII, CF).....	270
9.2.6.8. A Cooperação entre os Povos para o Progresso da Humanidade (art. 4º, IX, CF)	271
9.2.6.9. Concessão de Asilo Político (art. 4º, X, CF)	271
9.2.6.10. A Redação do Parágrafo Único do Art. 4º da Constituição.....	271
Capítulo 10 - Organização do Estado Brasileiro	273
10.1. Considerações Iniciais sobre a Forma Federativa de Estado	273
10.1.1. Natureza Jurídica do Estado federal.....	274
10.1.1.1. Teoria da Divisão da Soberania ou da Dupla Soberania	274
10.1.1.2. Teoria do Direito dos Estados-Membros.....	275
10.1.1.3. Teoria da Participação dos Estados-Membros na Formação da Vontade do Estado Federal ou Teoria do Estado Unitário Qualificado	276
10.1.1.4. Opinião	276
10.1.2. Federalismo e Federação	276
10.2. O Art. 18 da Constituição e a Organização do Estado Brasileiro	277
10.3. Os Territórios na Constituição de 1988	279
10.4. O Distrito Federal	280
10.4.1. Natureza Jurídica do Distrito Federal. A Questão da Autonomia Distrital	280
10.4.2. Organização do Distrito Federal	281
10.5. Os Municípios.....	282
10.5.1. A Lei Orgânica Municipal	282
10.5.2. A Controvérsia sobre a Inclusão dos Municípios na Federação Brasileira	285

10.5.3. Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios	287
10.5.4. Competências dos Municípios	289
10.5.5. Fiscalização do Município	290
10.6. As Vedações Impostas aos Entes da Federação Brasileira	291
10.6.1. Os Documentos Públicos e o Art. 19, II	291
10.6.2. O Art. 19, III, e o Princípio da Isonomia entre Brasileiros	292
10.7. Os Estados na Federação Brasileira	293
10.7.1. Bens dos Estados	296
10.7.2. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dos Estados-Membros	296
10.8. A União na Federação Brasileira	298
10.8.1. Bens da União	299
Capítulo 11 - Competências na Federação Brasileira	303
11.1. Introdução	303
11.2. A Teoria dos Poderes Implícitos	303
11.3. A Teoria da Predominância do Interesse	305
11.4. As Competências em Espécie	306
11.4.1. Competências Exclusivas	306
11.4.2. Competências Privativas	309
11.4.2.1. Requisitos à Delegação da Competência Privativa	312
11.4.3. Competências Comuns	316
11.4.4. Competências Concorrentes	318
11.4.4.1. A Competência Suplementar	322
11.4.4.1.1. Competência Suplementar Municipal	323
11.4.5. Competência Residual ou Remanescente	324
Capítulo 12 - Intervenção Federal	327
12.1. O Princípio da Não-Intervenção	327
12.2. Caracteres da Intervenção Federal	328
12.2.1. Natureza Política	328
12.2.2. Provisoriedade	329
12.3. Espécies de Intervenção	329
12.3.1. A Intervenção Espontânea	329
12.3.2. A Intervenção Provocada	331
12.3.2.1. A Intervenção Provocada por Solicitação	332
12.3.2.2. A Intervenção Provocada por Requisição	332
12.3.2.2.1. A Requisição Prevista no Art. 36, II, e a Obrigatoriedade da Edição do Decreto Interventivo pelo Presidente da República	333
12.3.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	335
12.3.3.1. Hipóteses de Cabimento	336
12.3.3.1.1. ADIn Interventiva e Princípios Constitucionais Sensíveis	336
12.3.3.1.2. ADIn Interventiva e Recusa à Execução de Lei Federal	336
12.3.3.1.2.1. Recusa à Execução de Lei Federal por Parte de Município. Competência para Processar e Julgar a Adin Interventiva	337
12.4. Controle Político da Intervenção	337
12.5. Manifestação do Conselho da República ou do Conselho de Defesa Nacional	338

Capítulo 13 - Divisão das Funções do Estado	341
13.1. Crítica à “Tripartição” do Poder	341
13.1.1. Caracteres do Poder: Unidade, Indelegabilidade e Coatividade.....	341
13.2. Evolução Teórica da Tripartição das Funções Estatais	342
13.3. Presidencialismo e Parlamentarismo. Caracteres	344
Capítulo 14 - Poder Legislativo	347
14.1. O Poder Legislativo. Bicameralismo Federativo. Funcionamento do Congresso Nacional	347
14.2. Organização.....	349
14.2.1. As Comissões.....	350
14.2.1.1. Comissões Temporárias.....	350
14.2.1.2. Comissões Permanentes.....	350
14.2.1.3. Comissões Representativas.....	351
14.2.1.4. Comissões Mistas.....	351
14.2.1.5. Comissões e Dispensa de Exame de Projeto de Lei pelo Plenário.....	352
14.2.3. As Comissões Parlamentares de Inquérito.....	352
14.2.3.1. As Comissões Parlamentares de Inquérito no Direito Constitucional Estrangeiro	352
14.2.3.2. As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição Brasileira de 1988	354
14.2.3.2.1. CPI e a Expressão “Poderes de Investigação Próprios das Autoridades Judiciais”.....	354
14.2.3.2.2. CPI e Medidas Cautelares.....	355
14.2.3.2.3. CPI e Proibição de Autoincriminação.....	355
14.2.3.2.4. CPI e Prisão de Indiciado	356
14.2.3.2.5. CPI e Quebra dos Sigilos Bancário, Fiscal e Telefônico. O Princípio da Colegialidade	357
14.2.3.2.6. CPI e Liberdade de Informação Jornalística. Televisamento de Sessão de CPI.....	358
14.2.3.2.7. CPI e Convocação de Magistrados	360
14.2.3.2.8. CPI e Reclamação Constitucional	360
14.2.3.2.9. CPI e Ilegitimidade Passiva de Mesa do Senado e da Câmara dos Deputados	360
14.2.3.2.10. CPI, Imunidade Material e Depoimento de Parlamentar	361
14.2.3.3. Pressupostos Constitucionais à Criação de CPI	361
14.2.3.3.1. Requerimento de Um Terço dos Membros da Casa Legislativa.....	361
14.2.3.3.2. Fato Determinado	361
14.2.3.3.3. Prazo Certo.....	362
14.2.3.3.4. CPI e o art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados	363
14.3. Atribuições e Competências Exclusivas do Congresso Nacional.....	363
14.4. A Câmara dos Deputados.....	365
14.4.1. Competências da Câmara dos Deputados	366
14.4.1.1. Juízo de Admissibilidade do Processo de Impeachment.....	366
14.4.1.2. Tomada de Contas do Presidente da República	368
14.4.1.3. Elaboração do Regimento Interno.....	368

14.4.1.4. Competências de Natureza Administrativa.....	368
14.4.1.5. Eleição dos Membros do Conselho da República.....	368
14.5. O art. 50 da Constituição e a Fiscalização do Poder Executivo.....	368
14.6. O Senado.....	369
14.6.1. Competências do Senado.....	370
14.6.1.1. Julgamento do Presidente da República.....	371
14.6.1.2. Aprovar a Escolha de Autoridades Federais.....	371
14.6.1.3. Escolha de Chefes de Missões Diplomáticas Permanentes.....	372
14.6.1.4. Autorizar a Realização de Operações Externas de Caráter Financeiro.....	372
14.6.1.5. Fixação dos Limites Globais para o Montante da Dívida Consolidada.....	372
14.6.1.6. A Resolução Coparticipativa.....	373
14.6.1.7. Aprovação de Destituição do Procurador-Geral da República.....	373
14.7. Prerrogativas Parlamentares.....	373
14.7.1. Justificativa.....	373
14.7.2. Espécies de Prerrogativas.....	374
14.7.2.1. Imunidade Material ou Inviolabilidade.....	374
14.7.2.2. Imunidade Formal ou Processual Condicionada.....	376
14.7.2.3. Privilégio de Foro.....	378
14.7.2.4. Parlamentares e Dever de Testemunhar.....	380
14.7.2.5. Isenção do Serviço Militar.....	380
14.8. Vedações Parlamentares. As Incompatibilidades.....	381
14.9. Perda do Mandato Parlamentar.....	383
14.9.1. O Princípio da Unidade de Legislação e a Perda do Mandato.....	384
14.10. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. O Tribunal de Contas da União. Composição.....	385
14.10.1. Competência do Tribunal de Contas da União.....	386
14.10.2. O Sistema de Controle Interno.....	388
14.10.3. Tribunais de Contas Estaduais e Municipais.....	389
Capítulo 15 - O Processo Legislativo.....	391
15.1. O Processo Legislativo. Conceito e Natureza Jurídica.....	391
15.2. O Art. 59 da Constituição e a Hierarquia das Espécies Normativas.....	392
15.3. Espécies de Processo Legislativo.....	393
15.4. O Rito no Processo Legislativo Ordinário.....	394
15.4.1. A Iniciativa: Reservada ou Exclusiva e Concorrente.....	394
15.4.1.1. Iniciativa Reservada e Incentivos Fiscais.....	396
15.4.2. Discussão e Votação.....	396
15.4.3. Revisão: Aprovação, Emendas e Rejeição.....	397
15.4.3.1. Aprovação.....	397
15.4.3.2. Emendas.....	397
15.4.3.2.1. Espécies de Emendas.....	397
15.4.4. A Intervenção Presidencial no Processo Legislativo Brasileiro. A Sanção.....	398
15.4.4.1. O Defeito de Iniciativa e a Teoria da Convalidação Condicionada.....	398
15.4.4.2. O Veto.....	399
15.4.5. Promulgação e Publicação.....	401
15.5. O Rito no Processo Legislativo Especial.....	402

15.6. O Processo Legislativo e as Leis Delegadas.....	403
15.6.1. Lei Delegada: Aspectos Gerais.....	403
15.6.2. Autoridade Competente Para Elaboração da Lei Delegada.....	404
15.6.3. Matérias Que Não Podem Ser Objeto de Lei Delegada	404
15.6.4. Espécies de Lei Delegada	405
15.6.5. Veículo Normativo Autorizatório de Lei Delegada.....	405
15.6.6. Impossibilidade de Delegação Legislativa Perene	405
15.7. Os Decretos Legislativos e as Resoluções.....	406
15.7.1. Natureza dos Decretos Legislativos.....	406
15.7.2. Procedimento Formativo dos Decretos Legislativos	406
15.7.3. Distinção entre Decretos Legislativos e Decretos-Leis.....	406
15.7.4. Campo Material e Efeitos das Resoluções.....	407
15.7.5. Espécies de Resoluções.....	407
15.7.6. Procedimento Formativo das Resoluções.....	408
15.8. O Processo Legislativo e as Medidas Provisórias.....	408
15.8.1. A Edição de Medidas Provisórias Após a EC nº 32/01.....	412
15.8.1.1. Vedação Material às Medidas Provisórias.....	412
15.8.1.2. Medidas Provisórias em Matéria Tributária.....	413
15.8.1.3. Prazo de Vigência das Medidas Provisórias	413
15.8.1.4. Perda de Eficácia de Medida Provisória.....	414
15.8.1.5. Medida Provisória Modificada Por Projeto de Lei de Conversão.....	414
15.8.1.6. Medida Provisória e Juízo Prévio Sobre Atendimento de Pressupostos Constitucionais	415
15.8.1.7. Medida Provisória e Travamento da Pauta.....	415
15.8.1.8. Medidas Provisórias e Apreciação pelas Casas do Congresso Nacional.....	415
15.8.1.9. Consequências da Rejeição de Medida Provisória	415
Capítulo 16 - Poder Executivo	417
16.1. Introdução	417
16.2. Classificação do Poder Executivo (Maurice Duverger).....	417
16.3. Titular do Poder Executivo no Brasil	418
16.4. Classificação das Atribuições do Presidente da República.....	418
16.5. Eleição do Presidente da República. Condições de Elegibilidade. Mandato. Prazo para a Posse. Substitutos do Presidente da República. Impedimento/Vacância e o Art. 80 da Constituição	419
16.5.1. Eleição do Presidente da República	419
16.5.2. Condições de Elegibilidade	419
16.5.3. Possibilidade de Reeleição.....	419
16.5.4. Eleição e o Princípio da Maioria Absoluta.....	420
16.5.5. Morte, Desistência ou Impedimento Legal de Candidato	420
16.5.6. Posse do Presidente e do Vice	420
16.5.7. Impedimento e Vacância do Presidente e do Vice e Exercício Provisório da Presidência da República	421
16.5.8. Vacância dos Cargos de Presidente e Vice e o Tempo de Mandato Decorrido ..	421
16.6. Responsabilidade do Presidente da República	421
16.6.1. Constituições Estaduais e Regra Mais Benéfica Quanto à Prisão de Governador ..	424

16.7. Amplitude do § 4º do Art. 86	425
16.7.1. Foro Especial por Prerrogativa de Função e Crimes Dolosos Contra a Vida Praticados pelo Presidente da República	426
Capítulo 17 - Administração Pública	427
17.1. Introdução. A Função Administrativa. Administração Pública Direta e Indireta...	427
17.2. Princípios Constitucionais da Administração Pública	429
17.2.1. O Princípio da Legalidade	429
17.2.2. O Princípio da Impessoalidade.....	430
17.2.2.1. Distinção entre Impessoalidade e Igualdade	432
17.2.3. O Princípio da Moralidade.....	433
17.2.3.1. Princípio da Moralidade e Nepotismo	434
17.2.3.1.1. Nepotismo e a Súmula Vinculante nº 13	435
17.2.4. O Princípio da Publicidade	436
17.2.5. O Princípio da Eficiência	438
17.3. Questões Constitucionais sobre os Agentes Públicos	439
17.3.1. Os Agentes Públicos: Agentes Políticos, Administrativos, Honoríficos e Dele- gados.....	439
17.3.1.1. Conceito de Agente Público.....	439
17.3.1.2. Espécies de Agentes Públicos	440
17.3.1.2.1. Agentes Políticos	440
17.3.1.2.2. Agentes Administrativos.....	440
17.3.1.2.3. Agentes Honoríficos.....	441
17.3.1.2.4. Agentes Delegados	442
17.3.2. O Art. 37, I, e o Acesso aos Cargos, Empregos e Funções Públicas	442
17.3.3. O Art. 37, II, e o Concurso Público.....	442
17.3.3.1. Função de Confiança e Cargo em Comissão	443
17.3.4. O Exame do Art. 37, Incisos II e IX, e os Problemas da Contratação de Servi- dores Temporários	446
17.3.5. Concurso Público: Readmissão, Reversão e Transposição à Luz do Art. 37, II, da Constituição	449
17.3.5.1. Considerações sobre a Transposição do Regime Celetista para Estatutário.....	450
17.3.6. O Art. 37, II, e o Problema dos Requisitos Fixados em Edital.....	451
17.3.7. Greve no Serviço Público.....	452
17.3.7.1. O Direito de Greve no Serviço Público e o Julgamento dos MIs nºs 670 e 712	454
17.3.7.2. Greve no Serviço Público, Negociação Coletiva e Lei Orçamentária	454
17.3.8. Valor Máximo para Remunerações e Subsídios	455
17.3.9. Acumulação de Cargos Públicos.....	457
17.3.10. O § 3º, I, do Art. 37 e o Direito de Reclamação	458
17.3.11. O Art. 41 e a Estabilidade dos Servidores Públicos	458
Capítulo 18 - Poder Judiciário.....	461
18.1. Organização do Poder Judiciário Brasileiro	461
18.1.1. O STF é Corte Constitucional?	461
18.2. A Função Judicial. Funções Típicas e Atípicas do Poder Judiciário.....	462
18.3. O Art. 93 e a Organização da Magistratura Nacional	463

18.4. Juizados Especiais e Justiça de Paz	469
18.5. Autonomia Administrativa e Financeira do Poder Judiciário	470
18.6. A Constituição e o Regime de Precatórios.....	471
18.7. Garantias. Vedações Constitucionais Impostas aos Juízes	474
18.8. Competências do Supremo Tribunal Federal	474
18.8.1. O Recurso Extraordinário e a Repercussão Geral das Questões Constitucionais ...	477
18.9. O Supremo Tribunal Federal e a Súmula Vinculante.....	479
18.9.1. A Súmula Vinculante Após a Edição da Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006.....	485
18.9.1.1. Súmula Vinculante e Reclamação Constitucional	488
18.10. O Conselho Nacional de Justiça	492
18.10.1. Atribuições do Conselho Nacional de Justiça.....	493
18.11. O Superior Tribunal de Justiça	495
18.11.1. Competências do Superior Tribunal de Justiça.....	496
18.12. Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.....	498
18.12.1. Competência dos Tribunais Regionais Federais	498
18.12.2. Competência dos Juízes Federais.....	499
18.13. Os Tribunais e Juízes do Trabalho.....	502
18.13.1. Competência da Justiça do Trabalho	502
18.13.1.1. Os Dissídios Coletivos e a Competência da Justiça do Trabalho	510
18.13.2. Os Tribunais Regionais do Trabalho	513
18.14. Tribunais e Juízes Eleitorais	514
18.15. Tribunais e Juízes Militares	515
18.15.1. Competência da Justiça Militar.....	515
18.16. Tribunais e Juízes dos Estados.....	516
18.16.1. Competência da Justiça Estadual.....	516
18.16.2. Funcionamento da Justiça Estadual.....	516
18.17. Disciplina Constitucional dos Serviços Notariais e de Registro	517
Capítulo 19 - Funções Essenciais à Justiça.....	519
19.1. O Princípio da Inércia da Jurisdição e as Funções Essenciais à Justiça	519
19.2. O Ministério Público	520
19.2.1. Princípios Institucionais	521
19.2.1.1. Unidade	521
19.2.1.2. Indivisibilidade.....	521
19.2.1.3. Independência Funcional	522
19.2.1.4. O Princípio do Promotor Natural	523
19.2.2. Autonomias Funcional, Administrativa e Financeira do Ministério Público	526
19.2.2.1. Alteração de Lei Complementar e Autonomia do Ministério Público	528
19.2.3. Organização do Ministério Público no Brasil.....	530
19.2.3.1. Chefia do MPU.....	530
19.2.3.2. Destituição do Procurador-Geral da República.....	530
19.2.3.3. Competência para Nomeação do Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	531
19.2.3.4. O Conselho Nacional do Ministério Público	532
19.2.3.4.1. Atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público.....	533

19.2.3.4.2. Funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público	533
19.2.4. Garantias Funcionais	534
19.2.4.1. Vitaliciedade	534
19.2.4.2. Inamovibilidade	535
19.2.4.3. Irredutibilidade de Subsídio.....	536
19.2.5. Vedações.....	536
19.2.6. Funções Institucionais.....	538
19.2.6.1. Promoção Privativa da Ação Penal Pública	538
19.2.6.2. Zelo pelo Efetivo Respeito aos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública.....	539
19.2.6.3. Promoção do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública	539
19.2.6.4. Promoção da Ação de Inconstitucionalidade e da Representação Interventiva	540
19.2.6.5. Defesa Judicial dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas	541
19.2.6.6. Expedição de Notificações.....	541
19.2.6.7. Investigação do MP e Denúncia Anônima	543
19.2.6.8. Controle Externo da Atividade Policial.....	543
19.2.6.9. Requisição de Diligências Investigatórias e Instauração de Inquérito Policial..	544
19.2.6.10. O Art. 129, IX como Norma de Fechamento.....	547
19.2.7. O Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas.....	547
19.3. A Advocacia Pública	548
19.4. A Advocacia	551
19.5. A Defensoria Pública.....	552
19.5.1. A Dimensão Atual do Acesso à Justiça	552
19.5.1.1. Acesso à Justiça e a Defensoria Pública.....	554
19.5.2. Defensoria Pública e Legitimidade para Ação Civil Pública	554
Capítulo 20 - Estado de Defesa e Estado de Sítio	557
20.1. Introdução	557
20.2. Princípios Atinentes ao Estado de Defesa e Estado de Sítio	557
20.2.1. O Princípio da Necessidade	557
20.2.2. O Princípio da Temporariedade	558
20.2.3. O Princípio da Proporcionalidade.....	558
20.3. Pressupostos Materiais à Decretação de Estado de Defesa e de Estado de Sítio	558
20.3.1. Pressupostos Materiais à Decretação de Estado de Defesa.....	558
20.3.2. Pressupostos Materiais à Decretação de Estado de Sítio	559
20.4. Pressupostos Formais à Decretação de Estado de Defesa e Estado de Sítio.....	559
20.4.1. Pressupostos Formais à Decretação de Estado de Defesa	559
20.4.2. Pressupostos Formais à Decretação de Estado de Sítio.....	560
20.5. O Art. 139 e as Restrições aos Direitos Individuais.....	561
Capítulo 21 - Tributação e Orçamento.....	563
21.1. O Sistema Constitucional e as Espécies Tributárias.....	563
21.2. Competências Constitucionais Tributárias.....	564
21.3. Princípios Constitucionais Tributários.....	565
21.3.1. O Princípio da Legalidade Estrita	565
21.3.2. O Princípio da Igualdade Tributária.....	565

21.3.3. O Princípio da Irretroatividade.....	566
21.3.4. O Princípio da Anterioridade	566
21.3.5. O Princípio da Imunidade Tributária Recíproca.....	567
21.3.6. O Princípio da Anterioridade Nonagesimal	567
21.3.7. O Princípio da Anterioridade Nonagesimal Genérica.....	568
21.3.7.1. Traços Distintivos entre Anterioridade, Anterioridade Nonagesimal e Anterioridade Nonagesimal Genérica	569
21.3.8. O Princípio do Não Confisco	570
21.3.9. O Princípio da Uniformidade Geográfica	572
21.4. Impostos da União.....	572
21.5. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	572
21.6. Impostos dos Municípios	572
21.7. Repartição das Receitas Tributárias.....	573
21.8. Finanças Públicas.....	575
21.8.1. Normas Gerais sobre Finanças Públicas.....	575
21.8.2. O Sistema Constitucional Orçamentário	576
21.8.3. Classificação do Orçamento Público	577
21.8.4. Princípios Constitucionais Orçamentários	578
21.8.4.1. Princípio da Unidade.....	578
21.8.4.2. Princípio da Exclusividade.....	578
21.8.4.3. Princípio da Anualidade	579
21.8.4.4. Princípio da Programação	579
21.8.4.5. Princípio da Especialização ou da Especificação.....	579
21.8.4.6. Princípio da Universalidade.....	579
21.8.4.7. Princípio da Transparência Orçamentária.....	579
21.8.4.8. Princípio da Não Afetação das Receitas.....	579
21.8.5. Vedações Orçamentárias.....	580
21.8.6. Desvinculação das Receitas da União (DRU)	582

Parte III
Direitos e Garantias Fundamentais
Ordem Econômica e Financeira
Ordem Social

Capítulo 22 - Teoria dos Direitos Fundamentais	587
22.1. Justificativa do Capítulo	587
22.2. Opção pela Expressão “Direitos Fundamentais”	587
22.2.1. Direitos Fundamentais e Direitos Humanos.....	587
22.2.2. Direitos Fundamentais e Liberdades Públicas.....	591
22.2.3. Direitos Fundamentais e Direitos Individuais.....	591
22.2.4. Direitos Fundamentais e Direitos Públicos Subjetivos	591
22.2.5. Significado da Expressão “Direitos e Garantias Fundamentais”	592
22.3. As Gerações dos Direitos Fundamentais	592
22.4. Visão Crítica dos Direitos Fundamentais	593
22.5. Caracteres dos Direitos Fundamentais	594
22.6. A Teoria dos Limites Imanentes dos Direitos Fundamentais	594
22.7. Concorrência de Direitos Fundamentais	596

22.8. A Materialidade dos Direitos Fundamentais.....	596
22.9. A Eficácia Externa ou Horizontal dos Direitos Fundamentais	598
Capítulo 23 - Direitos Individuais	603
23.1. Uma Questão Inicial: os Destinatários dos Direitos Individuais.....	603
23.2. Direito à Vida	604
23.2.1. Pena de Morte e Plebiscito.....	604
23.2.2. Direito à Vida e Aborto.....	606
23.2.3. Direito à Vida e Eutanásia	608
23.2.4. Direito à Vida e Pesquisas com Células-Tronco.....	609
23.3. O Princípio da Isonomia.....	610
23.3.1. Discriminação Legítima e Ilegítima.....	611
23.3.2. Igualdade Entre Homens e Mulheres.....	612
23.3.3. O Princípio da Igualdade e as Ações Afirmativas.....	612
23.3.3.1. Ações Afirmativas: Questões Conceituais	612
23.3.3.2. Ações Afirmativas nos Estados Unidos	613
23.3.3.3. Ações Afirmativas no Brasil. Sistema de Quotas nas Universidades Públicas. Constitucionalidade.....	614
23.4. O Princípio da Legalidade	615
23.5. O Art. 5º, III, a Tortura e o Tratamento Desumano ou Degradante	618
23.6. O Direito de Reunião	619
23.6.1. Pluralidade de Participantes.....	620
23.6.2. Duração Limitada e Caráter Episódico	620
23.6.3. Propósito Certo	620
23.6.4. Local Fechado ou Área Reservada.....	620
23.6.5. Direito de Reunião e Dispensa de Autorização do Poder Público	620
23.6.6. Direito de Reunião e Intervenção de Autoridade Policial.....	621
23.6.7. Possibilidade de Suspensão do Direito Individual de Reunião	621
23.6.8. Ausência dos Requisitos do Direito de Reunião. Consequência	621
23.7. O Direito de Associação.....	622
23.7.1. Direito de Associação Civil.....	622
23.7.2. Direito de Associação Profissional ou Sindical.....	622
23.7.3. Direito de Associação Política	622
23.8. O Direito do Autor.....	623
23.9. O Tribunal do Júri.....	626
23.10. Direito de Liberdade. O Princípio da Liberdade-Matriz	626
23.10.1. Liberdade de Manifestação do Pensamento.....	627
23.10.2. Liberdade Religiosa	631
23.10.2.1. As Constituições Brasileiras e a Proteção à Liberdade Religiosa	633
23.10.2.2. A Proteção à Liberdade Religiosa na Constituição de 1988	634
23.10.2.2.1. Visão Crítica da Liberdade Religiosa na Constituição de 1988	637
23.10.2.3. Questões Controvertidas sobre a Liberdade Religiosa	638
23.10.2.3.1. A inclusão do Nome de Deus no Preâmbulo do Texto Constitucional Afasta a Posição Laica do Estado Brasileiro?.....	638
23.10.2.3.2. A Expressão “Deus seja louvado” em Notas de Real – Hipótese de Proselitismo Religioso do Estado Brasileiro?	639

23.10.2.3.3. A Polêmica sobre o Dia da Semana para a Realização de Concurso Público.....	640
23.10.2.3.4. O Sacrifício de Animais nas Liturgias do Candomblé e Umbanda – Exame à Luz da Constituição, da Legislação Ordinária	641
23.10.2.3.5. A Transfusão de Sangue e a Opção Religiosa	642
23.10.3. Liberdade de Expressão da Atividade Intelectual, Artística, Científica e de Comunicação	644
23.10.4. Liberdade de Ação Profissional.....	644
23.10.5. Liberdade de Informação	646
23.10.5.1. Amplitude do Direito de Informação: Direito de Informar, Se Informar e Ser Informado	647
23.10.5.2. Direito de Informação e os Direitos Individuais à Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem das Pessoas	647
23.11. Os Direitos Individuais à Intimidade e à Vida Privada	648
23.11.1. Direito à Intimidade e Liberdade de Informação Após a EC nº 45/04.....	652
23.12. Direito à Honra	654
23.13. A imagem (Direito de Imagem e Direito à Imagem)	654
23.13.1. Distinção entre Imagem-Atributo e Honra	658
23.13.2. Direito de Imagem e Direito de Arena	658
23.13.3. Direito de (à) Imagem dos Acusados.....	659
23.14. Inviolabilidade do Domicílio	661
23.15. Inviolabilidade das Comunicações	667
23.16. Direito de Propriedade	670
23.17. O Princípio da Retroatividade Relativa da Lei	671
23.18. O Princípio do Devido Processo Legal	674
23.18.1. O Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	676
23.18.2. O Princípio da Proibição da Prova Ilícita.....	679
23.18.3. O Princípio da Presunção de Não Culpabilidade/Princípio da Inocência	681
23.18.4. O Princípio da Publicidade dos Atos Processuais	683
23.18.5. O Devido Processo Legal e o Processo Penal.....	684
23.18.5.1. Prisão e Devido Processo Legal	684
23.18.5.2. Direito ao Silêncio e Devido Processo Legal	686
23.18.6. Os Princípios do Juiz e do Promotor Natural.....	688
23.18.7. O Art. 5º, LXXVIII, e a Razoável Duração do Processo	689
23.19. Garantias Constitucionais Penais	693
23.20. O Direito de Petição	696
23.21. O Princípio do Direito de Ação	698
Capítulo 24 - Direitos Sociais Trabalhistas	701
24.1. Conceito e Classificação dos Direitos Sociais	701
24.1.1. Conceito dos Direitos Sociais	701
24.1.2. Classificação dos Direitos Sociais.....	701
24.2. Os Direitos Sociais Trabalhistas na Constituição de 1988.....	702
24.2.1. O Princípio de Proteção ao Hipossuficiente e sua Inserção na Constituição de 1988.....	702
24.2.1.1. Aplicação da Regra In Dubio Pro Operario	702

24.2.1.2. Aplicação da Norma Mais Favorável	703
24.2.1.3. Aplicação da Condição Mais Benéfica	703
24.2.2. A Proteção à Relação de Emprego.....	703
24.2.2.1. Exame da Constitucionalidade do Art. 118, da Lei nº 8.213/91	704
24.2.3. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	705
24.2.4. O Salário-Mínimo	705
24.2.4.1. Proibição de Vinculação ao Salário-Mínimo	706
24.2.4.2. Redução de Salário e Redução de Jornada.....	707
24.2.4.3. Salário-Mínimo e as Súmulas do STF	708
24.2.5. Piso Salarial	709
24.2.6. O Princípio da Autonomia Privada Negocial Coletiva.....	709
24.2.7. Repouso Semanal Remunerado, Preferencialmente aos Domingos	710
24.2.8. As Férias.....	711
24.2.9. Licença e Estabilidade à Gestante	711
24.2.10. Licença-Paternidade.....	712
24.2.11. Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço.....	713
24.2.12. Redução dos Riscos Inerentes ao Trabalho.....	713
24.2.13. A Prescrição dos Direitos Trabalhistas.....	714
24.2.14. O Princípio Constitucional da Não Discriminação e as Relações de Trabalho.....	716
24.2.15. A Proibição ao Trabalho da Criança e do Adolescente	718
24.2.16. A Proteção em Face da Automação.....	719
24.2.17. Os Direitos dos Trabalhadores Domésticos	720
24.2.18. Os Direitos Sociais Trabalhistas Coletivos e o Art. 8º da Constituição	721
24.2.19. O Art. 9º da Constituição e o Direito de Greve.....	727
24.2.20. A Participação dos Trabalhadores e Empregadores em Órgãos Públicos e nos Cargos de Representação na Empresa	729

Capítulo 25 - Direitos da Nacionalidade	731
25.1. Nacionalidade: Conceito e Natureza Jurídica	731
25.2. Distinção entre Povo, Nação e População.....	731
25.3. Nacional e Cidadão	732
25.4. Classificação	732
25.4.1. Nacionalidade Originária ou Primária	732
25.4.2. Nacionalidade Secundária ou Adquirida	733
25.5. Conflitos Negativos e Positivos de Nacionalidade	733
25.6. Nacionalidade Originária na Constituição de 1988.....	734
25.6.1. A Nacionalidade Potestativa.....	734
25.7. Nacionalidade Adquirida na Constituição de 1988.....	736
25.8. Cargos Privativos de Brasileiros Natos	737
25.9. Distinção entre Brasileiros Natos e Naturalizados	738
25.10. Perda da Nacionalidade Brasileira	738
25.11. Direitos da Nacionalidade, Extradição, Expulsão e Deportação. Pressupostos à Concessão de Extradição.....	739
25.12. Direitos da Nacionalidade, Extradição e a Jurisprudência do STF.....	740
25.13. A Língua Portuguesa e os Símbolos Nacionais.....	742

Capítulo 26 - Direitos Políticos e Partidos Políticos	743
26.1.	
Conceito de Direitos Políticos. O Art. 14 da Constituição. O Sufrágio Universal.....	743
26.1.1. Distinção entre Sufrágio, Voto e Escrutínio.....	743
26.2. Instrumentos de Democracia Participativa	744
26.3. Capacidade Eleitoral Ativa.....	745
26.4. Capacidade Eleitoral Passiva	745
26.4.1. Elegibilidade dos Militares	747
26.4.2. O § 9º, Art. 14/CF e o Registro de Candidato “Ficha-Suja”	748
26.5. Perda ou Suspensão dos Direitos Políticos.....	750
26.6. Anualidade da Lei Eleitoral.....	751
26.7. Partidos Políticos. Conceito. Natureza Jurídica.....	751
26.7.1. Princípios Constitucionais dos Partidos Políticos.....	751
26.7.2. Fidelidade e Disciplina Partidárias	752
26.7.3. Direito de Antena	755
Capítulo 27 - Instrumentos de Garantia de Direitos	757
27.1. Nota Explicativa ao Capítulo	757
27.2. O Habeas Corpus.....	757
27.2.1. A Doutrina Brasileira do Habeas Corpus	757
27.2.2. Espécies de Habeas Corpus: Preventivo e Repressivo	758
27.2.3. Habeas Corpus, Liberdade de Locomoção e Liberdade de Circulação	758
27.2.4. Legitimidade Ampla Para Impetração de Habeas Corpus	758
27.2.5. Forma de Impetração. Petição Inicial de Habeas Corpus Apócrifa	759
27.2.6. Agente Coator no Habeas Corpus. O Particular	759
27.2.7. Não Cabimento do Habeas Corpus	760
27.2.8. Suspensão do Habeas Corpus	761
27.3. O Mandado de Segurança	761
27.3.1. Natureza Jurídica da Ação Constitucional	762
27.3.2. A Expressão “Direito Líquido e Certo”.....	762
27.3.3. Não Cabimento Para Tutela à Liberdade de Ir e Vir e Autodeterminação In- formática	762
27.3.4. Espécies de Mandado de Segurança	763
27.3.5. Agente Coator em Sede Mandado de Segurança. Particular e Competência Delegada.....	763
27.3.6. Mandado de Segurança e o Art. 5º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009	764
27.3.7. Prazo Para Impetração. Constitucionalidade	765
27.3.8. Competência Para Julgamento.....	765
27.3.9. O Mandado de Segurança Coletivo.....	765
27.3.9.1. Legitimidade para o Writ Coletivo	766
27.3.9.2. Objeto do Mandado de Segurança Coletivo	766
27.3.9.3. Mandado de Segurança Coletivo e Dispensa de Prévia Autorização dos Associados	767
27.4. O Mandado de Injunção	767
27.4.1. O Mandado de Injunção no Direito Estrangeiro	767
27.4.2. Legitimidade Para Impetração de Mandado de Injunção	768

27.4.3. Objeto do Mandado de Injunção.....	768
27.4.4. Definição de “Norma Regulamentadora”	768
27.4.5. Efeitos do Mandado de Injunção	770
27.4.6. Procedimento no Mandado de Injunção	771
27.5. O Habeas Data	771
27.5.1. Objeto da Impetração	772
27.5.2. Legitimidade Ativa Restrita. Exceção.....	772
27.5.3. Legitimidade Passiva	772
27.5.4. A Prova da Recusa das Informações. Constitucionalidade	773
27.5.5. Cabimento de Habeas Data na Justiça do Trabalho	774
27.6. A Ação Popular	774
27.6.1. Origem da Ação Popular	774
27.6.2. Alargamento do Objeto da Ação Popular	774
27.6.3. A Legitimidade do Cidadão (Legitimidade Cívica).....	775
27.6.4. Menor de Dezoito Anos Pode Propor Ação Popular?.....	776
27.6.5. A Ação Popular Pode Servir Para Obrigar o Poder Público à Emissão de Norma Destinada a Proteger o Erário?.....	776
27.6.6. Ação Popular e Mau Uso Pelo Cidadão.....	777
27.6.7. Ação Popular e Reexame Necessário.....	777
27.7. A Ação Civil Pública.....	777
27.7.1. Ação Civil Pública e Dispensa de Inquérito Civil Público	778
27.7.2. Objeto da Ação Civil Pública	778
27.7.3. Legitimidade Concorrente na Ação Civil Pública.....	779
27.7.4. Ministério Público e Defesa de Interesses Individuais Homogêneos. A Jurisprudência do STF.....	779
27.7.4.1. O Ministério Público do Trabalho e a Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos Trabalhistas.....	780
27.7.5. Sindicatos e Defesa dos Interesses Difusos	780
27.7.6. Ação Civil Pública e a Limitação Territorial dos Efeitos da Sentença Ditada pelo Art. 16 da Lei nº 7.347/85.....	781
27.7.7. Ação Civil Pública e Controle de Constitucionalidade.....	782
Capítulo 28 - Ordem Econômica e Financeira	785
28.1. Ambiguidade da Expressão “Ordem Econômica”. Conceito de Ordem Econômica. Objetivos da Ordem Econômica	785
28.2. Princípios Gerais da Atividade Econômica. Modelos de Ordem Econômica. A Opção Constituinte	786
28.2.1. Propriedade Privada	787
28.2.2. Função Social	787
28.2.3. Livre Concorrência	787
28.2.4. Defesa do Consumidor.....	788
28.2.5. Defesa do Meio Ambiente	789
28.2.6. Busca do Pleno Emprego.....	789
28.2.7. Tratamento Favorecido ao Pequeno Empresário (Conceito de Empresa Brasileira)	790
28.2.8. O Princípio da Liberdade de Iniciativa Econômica	790

28.3. A Intervenção do Estado no Domínio Econômico na Constituição de 1988. A Intervenção Direta e Indireta. O Planejamento Econômico.....	791
28.3.1. A Intervenção Direta.....	791
28.3.1.1. Traços Distintivos Entre as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista	793
28.3.1.2. Intervenção Direta e o Princípio Isonômico	794
28.3.2. A Intervenção Indireta	794
28.3.2.1. Modalidades de Intervenção Indireta. A Fiscalização, o Incentivo e o Planejamento	795
28.4. Livre Concorrência e o § 4º do Art. 173.....	798
28.5. Monopólio da União.....	799
28.6. Política Urbana	800
28.6.1. O Plano Diretor	801
28.6.2. Função Social da Propriedade Urbana. Sanções Para Descumprimento.....	803
28.6.2.1. Distinção Entre Interesse Social, Necessidade Pública e Utilidade Pública	804
28.6.3. Usucapião Pró-Moradia	804
28.7. Política Agrária, Fundiária e Reforma Agrária.....	805
28.7.1. Usucapião Pro Labore	806
28.8. Insusceptibilidade de Usucapião de Imóveis Públicos Urbanos e Rurais	807
28.9. O Sistema Financeiro Nacional.....	807
Capítulo 29 - Ordem Social	809
29.1. Introdução	809
29.2. A Seguridade Social	809
29.2.1. O Direito à Saúde	811
29.2.2. A Previdência Social.....	816
29.2.2.1. Aposentadoria de Servidores Públicos	817
29.2.2.1.1. Aposentadoria Especial de Servidor Público.....	818
29.2.2.2. Aposentadoria dos Trabalhadores da Iniciativa Privada	818
29.2.2.3. O Princípio da Inclusão Previdenciária	819
29.2.3. A Assistência Social.....	819
29.3. Educação, Cultura e Desporto	820
29.4. Ciência e Tecnologia.....	826
29.5. Comunicação Social.....	826
29.6. Meio Ambiente. Conceito. A Proteção no Sistema Constitucional.....	830
29.6.1. Classificação do Meio Ambiente	833
29.6.1.1. Meio Ambiente Natural	833
29.6.1.1.1. Proteção à Fauna e Manifestações Culturais	833
29.6.1.2. Meio Ambiente Artificial	834
29.6.1.3. Meio Ambiente Cultural	834
29.6.1.4. Meio Ambiente do Trabalho	834
29.6.2. Princípios Constitucionais Ambientais.....	834
29.6.2.1. Princípio da Responsabilidade	834
29.6.2.2. Princípio da Precaução.....	834
29.6.2.3. Princípio do Poluidor-Pagador	835
29.6.2.4. Princípio da Proteção Ambiental	835

29.6.2.5. Princípio da Equidade Intergeneracional	835
29.6.2.6. Princípio da Cooperação.....	835
29.6.3. Socioambientalismo e a Constituição de 1988.....	835
29.6.4. Transgenismo e Meio Ambiente	836
29.7. A Família na Constituição de 1988. A Criança, o Adolescente, o Jovem e o Idoso.....	836
29.7.1. O § 6º do art. 226 e a Disciplina Constitucional do Divórcio.....	841
29.8. Os Índios.....	841
Referências	843
Índice Remissivo	861
Índice Numérico-Remissivo de Emendas Constitucionais (EC's) e de Emendas Constitucionais de Revisão (ECR's)	893
Índice de Súmulas Vinculantes.....	899